

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Declaração (extracto) n.º 69/2006 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 20 de Março de 2006, a pedido da Câmara Municipal de Tondela, declarou a utilidade pública da expropriação, com carácter de urgência, das parcelas de terreno a seguir referenciadas e identificadas na planta anexa.

A expropriação destina-se à construção da Escola Secundária 3.º Ciclo de Molelos.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica n.º 24/DSJ, de 20 de Fevereiro de 2006, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.015.05, daquela Direcção-Geral.

7 de Abril de 2006. — O Subdirector-Geral, *Domingos Pereira de Sousa*.

Número da parcela (sequencial)	Proprietários	Área (metros quadrados)	Número de matriz e freguesia		Número da conservatória do registo predial
			Rústico	Urbano	
11	Fernando Dias Figueiredo	847	1631		Omisso.
14	Herdeiros de António Arede Cabanas: Olívia Henriques dos Santos. Maria Arlete Henriques Cabanas de Almeida. António Henriques Cabanas. Eduardo Henriques Cabanas. Maria Aldina Henriques Cabanas. José Henriques Cabanas. Maria Adília Henriques Cabanas Almeida. Fernando Alexandre Henriques Cabanas.	883,30	5575 5576 5577 5578 5579		Omissos.
28	Emília da Costa Arede	241	1547		Omisso.
53	Madalena da Costa Arede	1 769	1541		01200/171097, Molelos.

Despacho n.º 9239/2006 (2.ª série). — Por despacho da direcção-geral de 3 de Abril de 2006:

Licenciada Lucília Maria Samoreno Ferra, directora de serviços de Modernização e Dinamização Autárquica — renovada a respectiva comissão de serviço, com efeitos a partir de 4 de Junho de 2006. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Abril de 2006. — A Directora-Geral, *Maria Eugénia Santos*.

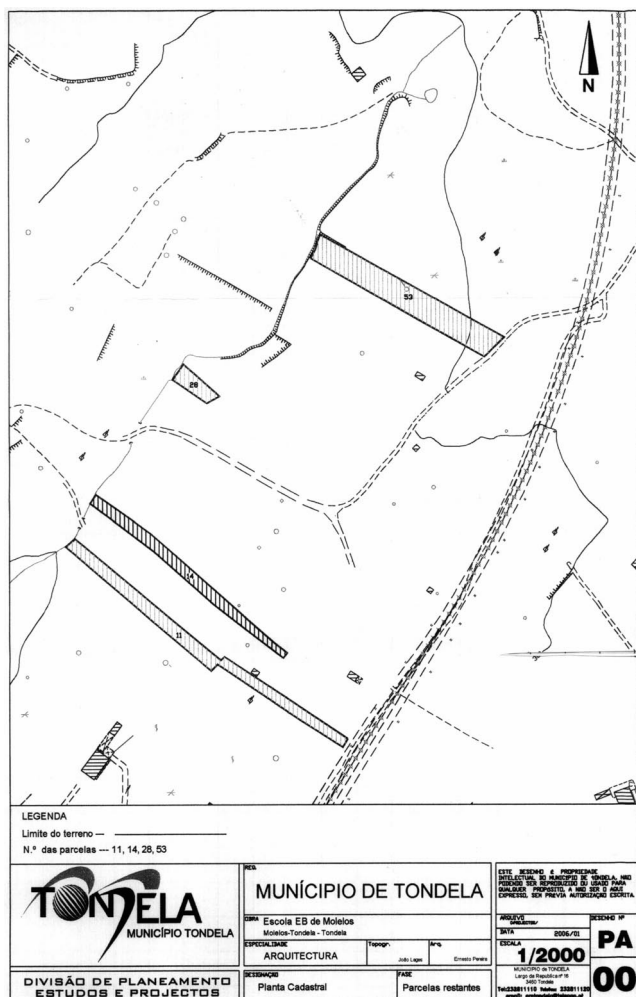
Inspecção-Geral da Administração do Território

Anúncio n.º 72/2006 (2.ª série). — Nos termos do meu despacho de 22 de Março de 2006 e ao abrigo do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo, notificam-se os ex-vereadores da Câmara Municipal de Sintra Herculano Silva Pombo Marques Sequeira e Domingos José Paiva Nunes, com o último domicílio conhecido o primeiro na Praceta do Selão, lote 2, São João das Lampas, 2705-695 Magoito, e o segundo no Largo de Samwell Diniz, 2.º, 9.º, direito, 1500-552 Lisboa, de que se encontra disponível na IGAT, pelo prazo de oito dias, o relatório do inquérito ao município de Sintra, para, querendo, exercerem o direito ao contraditório, nos termos do artigo 9.º, n.º 1, do despacho n.º 16 174/2000 (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 9 de Agosto de 2000, a p. 13 144).

12 de Abril de 2006. — Pelo Inspector-Geral, em substituição, a Subinspectora-Geral, *Maria do Patrocínio Paz Ferreira*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Despacho conjunto n.º 349/2006. — Nos termos do disposto na alínea *e*) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no n.º 8 do artigo 17.º e no n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, no artigo 4.º e no quadro a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 53/94, de 24 de Fevereiro, determinamos que o ministro plenipotenciário de 1.ª classe do quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, José Manuel da Costa Arsénio, seja nomeado director-geral dos



Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, na vaga resultante da cessação de funções do Embaixador José Duarte Sequeira e Serpa.

O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

23 de Março de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Curriculum vitae

José Manuel da Costa Arsénio nasceu em 11 de Abril de 1943, em Lisboa; licenciado em Filologia Germânica, pela Universidade de Lisboa; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 30 de Janeiro de 1974; adido de embaixada, na Secretaria de Estado, em 13 de Janeiro de 1975; na Embaixada em Bona, em 24 de Março de 1976; segundo-secretário de embaixada, em 19 de Maio de 1977; cônsul em New Bedford, em 18 de Fevereiro de 1980; primeiro-secretário de embaixada no mesmo posto, em 1 de Outubro de 1982; chefe do Gabinete da Secretária de Estado da Emigração, em 11 de Maio de 1984; auditor do 67.º Curso do Colégio de Defesa da NATO, em Roma, de 4 de Setembro de 1985 a 15 de Fevereiro de 1986; adjunto no Gabinete do Ministro da Defesa Nacional, em 1 de Julho de 1986; na Embaixada de Roma, em 1 de Julho de 1987, conselheiro de embaixada, em 8 de Agosto de 1990; na delegação em Berlim, em 1 de Setembro de 1991; na Secretaria de Estado, em 1 de Setembro de 1995; na Embaixada em Kiev como encarregado de negócios a i., em 1 de Dezembro de 1995; ministro plenipotenciário, em 26 de Abril de 1996; na Secretaria de Estado, em 1 de Outubro de 1996; na Embaixada em Teerão, com credenciais de embaixador, em 15 de Março de 1998; ministro plenipotenciário de 1.ª classe, em 26 de Abril de 1999.

Grã-cruz da Ordem do Mérito, oficial da Ordem Militar de Cristo, oficial da Ordem do Infante D. Henrique, comendador da Ordem do Mérito, da República Federal da Alemanha, oficial da Ordem do Mérito, da República Federal da Alemanha, oficial da Ordem do Império Britânico.

Medalha de serviços distintos da Missão de Monitores da Comunidade Europeia.

Despacho conjunto n.º 350/2006. — Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no n.º 8 do artigo 17.º e no n.º 4 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 48/94, de 24 de Fevereiro, no artigo 4.º e no quadro a que se refere o n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 52/94, de 24 de Fevereiro, determinamos que a Embaixadora do quadro 1 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, pessoal diplomático, Maria Margarida de Araújo Figueiredo seja nomeada directora-geral dos Assuntos Multilaterais, na vaga resultante do falecimento do Embaixador António Raul Freitas Monteiro Portugal.

A funcionária é nomeada para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae* em anexo.

23 de Março de 2006. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Diogo Pinto de Freitas do Amaral*.

Curriculum vitae

Maria Margarida de Araújo de Figueiredo nasceu em 29 de Julho de 1947 no Porto; licenciada em Ciências Filosóficas pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; aprovada no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em 30 de Novembro de 1974; secretária pessoal do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, de 1 de Outubro de 1975 a 27 de Junho de 1976; adida de embaixada, na Secretaria de Estado, em 1 de Julho de 1976; secretária pessoal do Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 23 de Julho de 1976 a 10 de Outubro de 1977; terceira-secretária de embaixada, em 5 de Setembro de 1978; segunda-secretária de embaixada, em 15 de Dezembro de 1979; na Embaixada em Paris, em 9 de Março de 1981; primeira-secretária de embaixada, em 27 de Dezembro de 1985; na Secretaria de Estado de 1986, como chefe de divisão na Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e da Administração Financeira e Patrimonial; assessora diplomática do Presidente da Assembleia da República, de 21 de Setembro de 1987 a 15 de Fevereiro de 1989; directora de serviços na Direcção-Geral da Cooperação, em 3 de Março de 1989; conselheira de embaixada, em 8 de Agosto de 1990; na Representação Permanente junto da União Europeia, em Bruxelas, em 24 de Agosto de 1993; ministra

plenipotenciária, em 26 de Abril de 1996; ministra plenipotenciária de 1.ª classe, em 27 de Abril de 1999; com credenciais de embaixadora, em Varsóvia, em 7 de Janeiro de 2003.

Cavaleiro da Ordem do Rio Branco, do Brasil, oficial da Ordem Nacional do Mérito, da França e comendador da Ordem do Leão, da Finlândia.

GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA PARA A REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Despacho n.º 9240/2006 (2.ª série). — Nos termos conjugados do artigo 230.º da Constituição e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio adjunto principal do meu Gabinete o mestre Jorge Manuel Pereira da Silva.

Em conformidade com o estabelecido nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, autorizo o mestre Jorge Manuel Pereira da Silva a exercer funções docentes em instituições do ensino superior, bem como a desenvolver, sem carácter de permanência, actividades compreendidas na sua área de especialidade.

30 de Março de 2006. — O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.

Despacho n.º 9241/2006 (2.ª série). — Nos termos conjugados do artigo 230.º da Constituição e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio adjunta do meu Gabinete a licenciada Armandina Celeste Afonso Ferreira.

30 de Março de 2006. — O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.

Despacho n.º 9242/2006 (2.ª série). — Nos termos conjugados do artigo 230.º da Constituição e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio adjunto do meu Gabinete o licenciado Manuel Américo dos Santos Silveira.

30 de Março de 2006. — O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.

Despacho n.º 9243/2006 (2.ª série). — Nos termos conjugados do artigo 230.º da Constituição e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio adjunta do meu Gabinete a licenciada Cristina Maria Pamplona de Oliveira Ribeiro de Meireles.

30 de Março de 2006. — O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.

Despacho n.º 9244/2006 (2.ª série). — Nos termos conjugados do artigo 230.º da Constituição e do n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio jurista da Auditoria Jurídica, junto do meu Gabinete, a licenciada Helena Maria Ferreira Dias Tavares da Costa.

30 de Março de 2006. — O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.

Despacho n.º 9245/2006 (2.ª série). — Nos termos conjugados do artigo 230.º da Constituição e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio secretária pessoal do meu Gabinete Maria do Rosário Tavares de Castro Córte-Real Parreira.

30 de Março de 2006. — O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.

Despacho n.º 9246/2006 (2.ª série). — Nos termos conjugados do artigo 230.º da Constituição e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio secretária pessoal do meu Gabinete Maria Margarida Pais Seco de Oliveira.

30 de Março de 2006. — O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.

Despacho n.º 9247/2006 (2.ª série). — Nos termos conjugados do artigo 230.º da Constituição e do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio secretária pessoal do meu Gabinete Maria Cecília Tavares e Silva da Veiga Firmino.

30 de Março de 2006. — O Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, *José António Mesquita*.